

Medições econômicas não-baseadas nas Normas Contábeis

Luiz Francisco Serra*

A comissão de Valores Mobiliários, no seu Ofício Circular nº 01/2004 instrui e comenta sobre várias normas técnicas nas práticas contábeis. Nessa resolução menciona sobre 'Medições Econômicas Baseadas e Não-Baseadas nas Normas Contábeis', as quais complementam as demonstrações tradicionais. Não há dúvida sobre a utilidade dessas complementações, as quais podem ser elaboradas principalmente por contabilistas, economistas e administradores, em trabalhos conjuntos ou individuais. Procuramos mostrar que não é possível coletar dados econômicos sem que sejam obtidos na Contabilidade, a qual demonstra fatos patrimoniais, econômicos e financeiros. A utilização parcial desses dados, principalmente usando só informações de ordem financeira e ignorando as demais, pode levar a conclusões incorretas. Comentamos, também, um dos processos mencionados no ofício da CVM, que é o "Ebtida" (ou "Lajida"), que desconsidera em seus estudos vários elementos importantes dos balanços das empresas.

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM¹, orientadora e fiscalizadora do Mercado de Capitais, divulgou o seu Ofício Circular nº 01/2004, contendo orientações técnicas contábeis que são de muita utilidade para as empresas e os profissionais, ainda que esses não atuem em empresas abertas. O site em que pode ser encontrado esse documento é: soi@cvm.gov.br.

No item 1.7, o documento menciona 'Medições Econômicas Baseadas e Não-Baseadas nas Normas Contábeis', mas no título deste trabalho enfocamos apenas 'não-baseadas nas normas contábeis'.

A CVM diz que "[...] a relevância das divulgações não-baseadas nas normas contábeis é evidente, haja vista que pre-

tende influenciar decisões econômicas dos usuários, acrescentando elementos não previstos na estrutura dos relatórios atuais das demonstrações baseadas nos Princípios e Normas Contábeis". O enfoque da CVM é o mercado de capitais.

Todo registro contábil é baseado em documentos, seja ele um recibo, anotações financeiras, extrato de banco e qualquer outro. Não vemos possibilidade de existência de base mais concreta para os estudos econômicos e financeiros sem que seja obtida na Contabilidade.

Martins² ensina que todos os modelos de "[...] mensurações econômicas até hoje surgidas são nada mais do que visões temporalmente diferentes do mesmo objeto, que é o patrimônio; e mais,

são todas elas, numa perspectiva ainda mais simples, visões temporais de um único elemento patrimonial: o caixa".

A medição econômica pode ter várias finalidades: se o interesse é do investidor, a análise é feita com o objetivo de negociação na Bolsa de Valores, em que a prioridade é o retorno do capital e dos lucros. Se a análise é feita para estudos de continuidade da empresa, interesse dos seus empresários e administradores, o objetivo é estudar as receitas e custos e vários outros segmentos e a rentabilidade. Se o estudo é feito para compra ou venda do estabelecimento, outros critérios são usados, em cada caso, podendo ter ou não nova avaliação de bens. As provisões são mais rigorosas, podem ou não incluir o *Good-Will*. Os economistas e investidores costumam adotar o estudo complementar com base no 'fluxo de caixa descontado', também citado no ofício da CVM.

Leone³ esclarece que "[...] a Contabilidade está pronta para fornecer informações que os usuários precisam, na forma que eles a entendam, isto é, na forma em que as informações se revistam de clareza, oportunidade, objetividade, compreensibilidade, utilidade e comparabilidade".

Com os 'Princípios Fundamentais de Contabilidade', as 'Normas Brasileiras de Contabilidade' e o 'Código de Ética Profissional dos Contabilistas', expedidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, temos segurança no uso das informações contábeis.

É oportuno que se mencione sobre algumas restrições que têm sido feitas ultimamente à Contabilidade, por causa dos recentes escândalos em empresas americanas e europeias, relacionados com as demonstrações contábeis.

Koliver⁴ esclarece: "As manipulações e fraudes contábeis ocorridas nas empresas norte-americanas que faliram foram, fundamentalmente, de iniciativa e responsabilidade dos seus executivos financeiros". Foram pessoas que tomaram as decisões de fraudar os registros e

as demonstrações contábeis. Mais ainda, essas pessoas sequer eram contabilistas. No caso de contabilistas empregados das empresas que tenham tido conhecimento das fraudes, automaticamente foram igualmente responsáveis. Houve fraudes puras e simples, as quais nada têm a ver com Contabilidade em si, mas pertencem ao terreno comportamental e todos os que participaram da sua interpretação atentaram contra os mais comecinhos princípios éticos, no caso dos contabilistas envolvidos. A Contabilidade é confiável.

Entre essas medições temos o 'Lajida', que é citado como exemplo no referido ofício circular da CVM. Existem outras medições, denominadas Valor Econômico Agregado- EVA, Fluxo de Caixa e Fluxo de Caixa Descontado, Valor de Mercado Agregado, *Balanced Scorecard* (BSC) e outras, havendo também algumas que foram divulgadas anteriormente, mas caíram de moda, talvez pela sua inconsistência, principalmente pretendendo tomar decisões econômicas baseando-se apenas em dados esparsos de ordem financeira.

O processo 'Lajida', que abordamos adiante, tem conclusões parciais, pois desconsidera informações econômicas importantes. Mas é válido para decisões de caixa, a curto e médio prazo. Para avaliação de empresas, mesmo adotando o que intitulam 'Fluxo de Caixa Descontado', os estudos e a prática mostram que não é processo suficiente.

O interesse dos usuários também é diferente. Para os usuários externos investidores e especuladores da Bolsa de Valores, o interesse é buscar a garantia, o retorno dos valores aplicados e os seus rendimentos. Para os empresários, o interesse é a continuidade e o progresso da empresa, e, nesse caso, o estudo com enfoque financeiro só serve para decisões de caixa. Para decisões globais e para o enfoque econômico, os detalhes contábeis são mais importantes.

Uma empresa em boa situação econômica e, eventualmente, com dificulda-

des de caixa, resolve o seu problema; mas uma empresa em má situação econômica e que tenha eventualmente situação financeira favorável dificilmente vai sobreviver.

Teoria do Balanço Dinâmico

Para melhor entender o conjunto dos elementos do balanço, daremos uma informação simples sobre Teoria do Balanço Dinâmico, de Schmalembach apud Hermann Junior, F³:

Todo fato econômico começa com dinheiro (em espécie ou bens) e termina com dinheiro, seja em pouco tempo ou daqui a duzentos anos ou mais.

Os balanços são feitos também periodicamente pela necessidade de conhecer a tendência dos negócios, em que vários fatos são começados e terminados em curto prazo. O balanço é uma parada teórica da vida das empresas. É como se tivéssemos uma foto de um atleta em atividade e entendêssemos pela foto que não se trata de uma pessoa 'parada no ar', mas de alguém em movimento.

Essa teoria identificou 10 operações que são fatos administrativos e contábeis:

1. Consumo presente	Pagamento presente
2. Consumo presente	Pagamento futuro
3. Consumo presente	Pagamento passado
4. Pagamento presente	Consumo futuro
5. Pagamento presente	Consumo passado
6. Produção presente	Receita presente
7. Produção presente	Receita futura
8. Produção presente	Receita passada
9. Receita presente	Produção futura
10. Receita presente	Produção passada

Todos esses lançamentos contábeis fazem uma interligação de fatos passados, presentes e futuros, em uma circulação viva, de modo que a situação patrimonial, econômica e financeira somente pode ser apurada com a liquidação do negócio. E, mesmo assim, descontados os índices inflacionários.

A administração não pode ficar esperando a liquidação da empresa, que se dará em um futuro remoto, a não ser nos casos de Consórcios de Empresas (6) e Sociedades de Propósito Específico - SPE (CVM ofício citado, item 17.2.2).

A administração precisa conhecer os rumos dos negócios para fazer os ajustes, quando necessário, e programar a continuidade da atividade.

No tempo das caravelas, saiam elas para conquistar o mundo e somente se sabia o resultado após a sua volta. Mas hoje a dinâmica dos negócios não permite essa espera, mesmo nos casos de Consórcio de Empresas e SPE.

Dai a necessidade dos balanços periódicos, balancetes mensais, com cálculos de provisões, depreciações e amortizações, a fim de se ter uma aproximação de dados com informações aceitáveis.

Medições econômicas complementares

A CVM, cita, entre as medições econômicas complementares, o processo *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation And Amortization - 'Ebitda'* e, em português, que preferimos adotar, é o Lucro antes dos juros impostos e contribuições, depreciação e amortização - 'Lajida'. Esse é um processo de análise financeira, utilizando o fluxo de caixa e que alguns autores ampliam para 'Fluxo de Caixa Descontado', pretendendo fornecer dados para tomada de decisões dos investidores e especuladores da Bolsa de Valores.

O Boletim IOB 15/2004 contém um artigo do professor Masakazu Hoji (7), com referências ao processo 'Lajida', comentando que "[...] é um indicador financeiro que mostra se os ativos operacionais estão gerando caixa, e considerado pelos analistas financeiros o melhor indicador da geração de caixa operacional, pois entram no seu cálculo somente os resultados operacionais que afetam o caixa" (comentamos, talvez o autor tenha desejado escrever 'opera-

ções' em vez de 'resultados operacionais'; esses têm outro significado, que é econômico e não financeiro). Menciona o autor os valores de despesas e receitas desconsiderados, que comentaremos mais adiante.

Dentre esses valores, desconsidera o autor: as depreciações, amortizações e exaustão, informando que correspondem a investimento já realizado e diz que não afetam o caixa, estando sendo incluídos parcialmente. Salienta o autor: são considerações dos analistas financeiros, isto é, aqueles que operam no mercado de capitais e têm a visão externa dos investidores e especuladores de Bolsa de Valores.

A ótica contábil e gerencial, entretanto, é outra, pois a Contabilidade não existe apenas para mostrar fluxo de caixa, mas também, e principalmente, resultados econômicos, resultados operacionais, além dos demonstrativos financeiros e patrimoniais.

Por isso, ficamos com o Prof. Martins¹, que diz: "O valor de realização dos processos extracontábeis possui um nível de subjetividade muito maior que os anteriores e provoca arrepios nos Contadores e principalmente nos Auditores, apura resultados totalmente não realizados e baseados em expectativas, às vezes baseados em transações que seguramente não ocorrerão se tudo continuar bem com a sociedade, mas traz informações utilíssimas para certas ocasiões e não deixa de ser de interesse vital para a comparação com o valor da empresa, para se saber sobre a genuína agregação de valor pela sua continuidade".

O processo 'Ebtida' ('Lajida')

Para explicar, na prática, o que é o 'Lajida' ('Ebtida'), o próprio nome mostra que o lucro operacional é base de valor. Para obter esse lucro operacional, são utilizados e modificados os elementos contábeis, excluídos aqueles valores que, segundo esse processo, não representariam movimento de caixa. O resul-

tado é que essa forma exclui despesas legítimas, distorce a conclusão dos relatórios e mostra sempre um lucro maior do que aquele apresentado pela Contabilidade, a qual inclui todos os seus elementos formadores.

Separando a sigla 'Lajida', temos:

1. **LA** – Lucro antes dos juros, impostos, contribuições, depreciações e amortizações.
2. **JJ** – Juros e impostos.
3. **DA** – Depreciação, Amortização e Exaustão.
4. Outros valores desconsiderados pelo 'Lajida'.

Destacamos cada um desses símbolos desconsiderados pelo 'Lajida'.

1. **LA** – Não há um consenso, entre aqueles que divulgam o 'Lajida', sobre o que entendem como lucro operacional. Essa é uma dificuldade inicial para apreciação do processo.

2. **JJ – Juros e Impostos** - vamos separar em 'J' e 'I' pois são categorias diferentes de gastos.

a) **'Juros'** – item que representa o total das despesas financeiras menos as receitas financeiras, em operações normais de entidades comerciais.

Nas entidades financeiras, esse item faz parte dos valores operacionais, porque é a sua razão do negócio. Nas demais entidades é comum que a despesa financeira seja superior à receita. Mas, quando o inverso ocorre, como aconteceu no período de inflação elevada, a análise já precisa ter caráter especial.

A CVM sugere, com muita propriedade e já em uso comum, que as despesas e receitas financeiras sejam analisadas em separado; seria, por exemplo, um subitem do lucro operacional (Of. Circular citado, item nº 1.7.6).

Os juros do capital próprio, hoje, são aceitos pela legislação fiscal brasileira.

Do ponto de vista econômico, as despesas financeiras ocorrem por falta de capital próprio. Algumas vezes são problemas de caixa, outras vezes são problemas crônicos ou por novos investimentos. As normas contábeis admitem

que os juros sobre investimentos sejam incorporados ao valor do Imobilizado, durante a construção.

O dinheiro não tem pátria e muitas vezes o seu possuidor é identificado apenas por um número de conta bancária na Suíça ou em um paraíso fiscal. O dinheiro procura a melhor aplicação em garantia e rentabilidade. Geralmente, quando há maior garantia, é menor a rentabilidade, e vice-versa. O administrador financeiro fica esperto para captar as melhores aplicações. O dinheiro é volátil (a não ser aquele aplicado em capital de empresa) e foge diante de qualquer ameaça de risco. Como um passarinho que voa logo que ouve o estalo de um galho no chão.

Se a aplicação foi comum, mesmo com origem diferente, o juro do capital próprio deveria ser calculado, para se ter a correta dimensão dos custos totais, ainda quando o valor só faça parte da Contabilidade gerencial.

Os economistas, com a Teoria do Risco, apresentam outra visão: o capital próprio é capital de risco, sujeito a voltar com lucro ou perda, e, por isso, não aceitam que o juro do capital seja custo. Esse critério de apurar reduz o valor da formação do custo, segundo a ótica gerencial.

b) **Impostos** - outro item se refere a impostos, taxas e contribuições sobre lucros, que são excluídos da análise porque são deduções de lucros a distribuir. O procedimento contábil e de outras medições é semelhante.

Existe uma digressão: a participação nos lucros de acionistas minoritários, a participação nos lucros dos empregados; quando constituem rotina, esses valores poderiam ser também considerados custos.

DA – Depreciações, amortizações e exaustão

As depreciações constituíram o pagamento passado, mas consumo presente e futuro e a movimentação econômica não consistem apenas em caixa. A eco-

nomia das empresas não pode se ater a apenas um item 'caixa'.

Conforme mencionado no capítulo III, sobre artigo publicado no IOB, o autor desconsidera as depreciações, amortizações e exaustões, porque, segundo analistas financeiros, não gerariam movimentação no caixa.

Martins¹, no artigo citado, dá a correta interpretação a respeito, e ensina que: "[...] a depreciação continua sendo a grande mal entendida; continuam ainda muitos a não perceber que ela é tão caixa quanto o custo de mercadoria vendida, os salários, os impostos, etc. Afinal, pela própria definição, ela representa uma parcela desembolsada no passado na compra do imobilizado e que não é recuperável pela sua própria venda; logo, se é o pedaço de um desembolso passado, nada mais é do que caixa, igual à mercadoria estocada a ser baixada depois. A diferença é temporal. Fica a falsa idéia de que depreciação nada tem a ver com o caixa".

O valor recuperado pela depreciação contabilizada também corresponde a um Fundo de Reposição. E corresponde à reserva que reforça o Patrimônio Líquido, que ainda gera um outro estudo: a reposição de equipamentos, hoje, exige muito mais recurso financeiro do que o valor do original do equipamento desativado. Assim sendo, na análise gerencial do custo econômico, o valor com depreciação de máquinas é maior do que o valor pelo cálculo do custo de histórico. Para os equipamentos sofisticados, o prazo de reposição pelo obsolescimento é muito menor.

As considerações acima também são válidas para a exaustão, que ocorre em florestas naturais (que são renováveis) e com minas e jazidas. Essas, por não serem renováveis, têm o nome técnico mais apropriado de 'depleção' que ainda gera despesas complementares. Pelas leis de Meio Ambiente, é obrigatória a reposição das áreas devastadas e isso é acréscimo de custo.

Outros valores desconsiderados pelo 'Lajida'

Os expositores do 'Lajida' e outros processos semelhantes deixam de considerar os valores de Despesas e Receitas não-operacionais, Amortização do Ágio na compra de Bens e Direitos, Avaliação de Investimentos e Correção Monetária do Balanço.

Todos eles têm influência econômica e financeira, precisam de análise mais detalhada. São demonstrados pela Contabilidade na formação dos vários níveis de lucros, sob os seguintes aspectos:

a. Despesas e Receitas não-operacionais – dependem da análise de sua categoria e influência patrimonial, para se verificar se são despesas do período ou de períodos anteriores ou futuros. E, conforme o caso, refazer análises anteriores.

b. Amortização de Ágio desembolsado – depende de análise, porque o ágio pode ser operacional ou patrimonial.

c. Avaliação de investimento em empresas subsidiárias ou controladas. Há casos de investimentos em atividades totalmente diferentes da empresa investidora; em outros casos, há empresas subsidiárias que funcionam como se fossem departamentos da investidora. São interesses financeiros, fiscais, políticos ou sociais a serem analisados, separadamente.

d. Atualizações monetárias, que afetam as demonstrações contábeis. No momento, em virtude de lei, as empresas não podem contabilizar esse valor. Mas, na análise gerencial, esse fator é considerado, porque a inflação muda a medida de valor no tempo.

A Contabilidade fornece pormenores de todas as contas normais e fatos ordinários e extraordinários com detalhes por contas, por grupos, por segmentos e dá aos analistas todos os esclarecimentos para uma correta interpretação dos balanços e resultados. Todos esses dados são utilizados para as projeções, com a base na posição passada.

Mas o 'Lajida' e outros processos, limitando a visão apenas a aspectos de

caixa, desprezam os elementos acima e outros mais de ordem econômica, que são muito importantes para o estudo da correta situação econômica das empresas.

Conclusão

As Demonstrações Contábeis são usadas pelos administradores de empresa, o governo, investidores, fornecedores, financiadores, empregados e agora estão desenvolvendo também balanço social e ambiental.

Para cada área há um enfoque financeiro, mas procuramos mostrar que esse somente serve para decisões a curto e médio prazo. Pelo enfoque econômico, relacionado com a administração e com a continuidade das empresas, os estudos são feitos para o presente e o futuro.

Fernandes⁸, com muita propriedade, diz que "[...] a grande diferença na gestão empresarial é que, antigamente, as decisões eram tomadas com base no passado. Hoje, elas são tomadas com base no futuro".

A Contabilidade, detendo todos os controles e registros e conhecimento não somente da técnica, mas também de muitos outros dispositivos legais, fiscais, comerciais, é a atividade que melhor se presta a fornecer dados com segurança.



* Luiz Francisco Serra – Contador, economista e administrador. Professor Emérito da FACE-UFMG. Doutor em Ciências Contábeis, pela FACE-UFMG. Membro do Grupo de Estudos das NBC do Conselho Federal de Contabilidade.

REFERÊNCIAS

1. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM – Ofício Circular CVM/SNG/SEP nº 01/2004, de 19.01.2004.
2. MARTINI, Eliseu – Avaliação de Empresas – Ibracat, maio 2003.
3. LEONE, S.S.G. – De várias tipos de demonstrações de resultado e flexibilização de informação. Revista Brasileira de Contabilidade, nº 38/1996.
4. KOLIVER, Ovídio – A Contabilidade Funcional? Revista Contabilidade do CRC – Rio Grande do Sul, abr. 2004.
5. HERMANN JUNIOR, F. Contabilidade Superior. Ed. Atlas, 5. ed., 1963.
6. RESENDE FILHO, Neivalde Souza – Contabilidade de Empresas – Revista Mineira de Contabilidade, Ano II – nº 6.
7. HOJI, Masakazu – Balanço IOB – 15/2004.
8. FERNANDES, Pedro Onofre. Sistema de Informação das Micro e Pequenas Empresas. III. 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Santos / SP, out. 2006.